

CORRUPÇÃO

Ministro do STF dá ao ex-integrante dos governos Lula e Dilma o mesmo benefício concedido ao presidente e a empreiteiros. Mas mantém o acordo de delação

Lava-Jato: Toffoli anula os processos de Palocci

» DANANDRA ROCHA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou, ontem, os processos e atos judiciais contra Antonio Palocci, no âmbito da Lava-Jato. A justificativa para a decisão baseia-se na avaliação de que houve parcialidade na condução dos processos pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União-PR). Mas, apesar disso, o magistrado considerou válido o acordo de delação premiada com a força-tarefa da operação firmado pelo ex-ministro — frisou que as informações prestadas devem continuar disponíveis para investigações.

Toffoli estendeu a Palocci — ex-ministro da Fazenda no primeiro governo Lula e ex-chefe da Casa Civil na primeira gestão de Dilma Rousseff — decisões que beneficiaram o atual presidente da República, os empresários Marcelo Odebrecht, Raul Schmidt Felipe Júnior e Léo Pinheiro, além do ex-governador paranaense Beto Richa — todos alcançados pelas investigações da Lava-Jato. Segundo o ministro, o devido processo legal foi desrespeitado, o que compromete a legitimidade das condenações.

"Em face do exposto, defiro o pedido constante desta petição e declaro a nulidade absoluta de todos os atos praticados em desfavor do requerente no âmbito dos procedimentos vinculados à Operação Lava-Jato, pelos integrantes da referida operação e pelo ex-juiz Sergio Moro no desempenho de suas atividades perante o Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, ainda que na fase pré-processual", salienta a decisão.

Prisão

Palocci foi condenado a 18 anos de prisão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva por envolvimento em um

Rosinei Coutinho/STF



Decisão do ministro fez duras críticas à condução do processo pelo ex-juiz e hoje senador Sergio Moro, que reagiu



O condenado confessa, celebra colaboração, devolve dinheiro que afirma ser suborno e tudo é anulado"

Reação do hoje senador Sergio Moro no X

esquema de propina da empreiteira Odebrecht. Sua sentença foi retirada depois de ficar preso em regime fechado por dois anos e, na sequência, em detenção domiciliar em 2016.

"O que poderia e deveria



Declaro a nulidade dos atos em desfavor do requerente no âmbito dos procedimentos vinculados à Lava-Jato"

Trecho da decisão do ministro Dias Toffoli

ter sido feito na forma da lei para combater a corrupção foi realizado de maneira clandestina e ilegal, equiparando-se órgão acusador aos réus na vala comum de condutas tipificadas como crime",

frisou Toffoli. Palocci afirmou, à época, que Lula tinha conhecimento dos esquemas de corrupção na Petrobras — o chamado "petrolão", no qual vários partidos participaram de um esquema de corrupção dentro da estatal.

Em publicação no X (antigo Twitter), ao comentar a decisão de Toffoli, Moro publicou que "o condenado confessa os crimes, celebra acordo de colaboração, devolve aos cofres públicos dinheiro que afirma ser produto de suborno e, anos depois, tudo é anulado por ministro do STF com base em fantasiosa nulidade. Depois reclama-se de 'conversa de boteco' quando o Brasil despenca no ranking de corrupção da Transparência Internacional".

Mais diálogo em Brasília

Eduarda Esposito



Políticos, autoridades e empresários ressaltaram, ontem, na inauguração da Casa ParlaMento, no Lago Sul, a necessidade da busca do diálogo e da convergência na política. O espaço é uma iniciativa do grupo Esfera e servirá para a promoção da aproximação entre os Três Poderes e o empresariado. Participaram do evento o vice-presidente Geraldo Alckmin, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, o governador Hélder Barbalho (PA) e o senador Ciro Nogueira (PP-PI) — que destacou o entendimento que levou Davi Alcolumbre (União-AP) e Hugo Motta (Republicanos-PB) às presidências do Senado e da Câmara. (Eduarda Esposito)

CONGRESSO

Governo leva a maioria das comissões fixas do Senado

» VANILSON OLIVEIRA

O Senado instalou, ontem, as comissões permanentes para 2025 e elegeu os senadores que estarão à frente delas para o próximo biênio. A maioria dos colegiados será composta por aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tudo estava praticamente decidido desde o acordo que levou Davi Alcolumbre (União-AP) novamente ao comando da Casa.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), considerada a mais importante por avaliar a constitucionalidade

de projetos e emendas, estará nas mãos de Otto Alencar (PSD-BA). O senador baiano tem facilidade de diálogo com diferentes frentes políticas, mas, sobretudo, construiu boa relação e proximidade com o Palácio do Planalto. A expectativa é de que isso facilite a tramitação de propostas vindas do Executivo.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o comando será de Renan Calheiros (MDB-AL), que também tem bom relacionamento com o Planalto. Mas, no discurso de posse, mandou um recado aos críticos

do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dentro do governo e do PT. Destacou que a prioridade da comissão será a racionalização dos gastos públicos, com medidas para conter despesas e melhorar a eficiência dos recursos federais.

Definições

Outros colegiados também foram definidos. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) será comandada por Nelsinho Trad (PSD-MS). Na de Ciência e Tecnologia (CCT), o senador Flávio Arns (PSB-PR) assume a presidência.

A de Fiscalização e Controle (CFTC) ficará com o senador Dr. Hiran (PP-RR).

A Comissão do Esporte (CEsp) será liderada pela senadora Leila Barros (PDT-DF). A de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) foi para Zequinha Marinho (Podemos-PA) e a de Infraestrutura (CI) para o bolsonarista Marcos Rogério (PL-RO).

Outro nome da oposição, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), comandará a Comissão de Segurança Pública (CSP). Na de Direitos Humanos (CDH), Damara Alves (Republicanos-DF) assume.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Acusação de tentativa de golpe pode pôr Bolsonaro na cadeia

A Procuradoria-Geral da República (PGR) finalmente apresentou a denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas por tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e formação de organização criminosa, crimes que podem levar a penas duríssimas. Bolsonaro é acusado de liderar uma conspiração para permanecer no poder, após a derrota nas eleições de 2022, para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ações para desacreditar o sistema eleitoral, pressionar líderes militares, envenenar Lula e assassinar o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), compõem o escopo da denúncia. Isso é muito grave. Porém, as acusações precisam ser comprovadas, principalmente no caso do ex-presidente da República.

Todos os acusados têm direito ao devido processo legal, ou seja, à ampla defesa. Essa denúncia somente tem precedente no caso do *putsch* integralistas, em 11 de maio de 1938, quando o tenente Severo Fournier liderou um ataque ao Palácio Guanabara, residência do presidente Getúlio Vargas e sua família. O grupo de rebeldes integralistas cercou o prédio; luz e telefones foram cortados. Uma linha, porém, continuou funcionando, e Alzira Vargas conseguiu pedir ajuda.

Getúlio comandou pessoalmente a resistência, com alguns parentes e poucos auxiliares, armados unicamente de revólveres. Durante quase cinco horas, houve intenso tiroteio, sem que nenhum tipo de ajuda chegasse para defender o presidente e a família.

O ataque só terminou horas depois, quando Fournier resolveu fugir com seus homens. As 5h, o coronel Cordeiro de Farias chegou ao Palácio Guanabara, acompanhado de policiais. Depois vieram Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra) e Góis Monteiro (chefe de Estado-Maior do Exército). Os integralistas se renderam. Sete deles foram fuzilados na hora, nos jardins do palácio. O tenente Nascimento, que abriu os portões do Guanabara aos rebeldes, foi entregue à polícia por seu tio, o almirante reformado Oscar Espíndola, em cuja casa tentara se abrigar.

Anos depois, Alzira Vargas revelaria em suas memórias: "Góis Monteiro me disse nada poder fazer, porque também estava cercado em seu apartamento... Francisco Campos transmitia palavras de solidariedade admirativa e passiva... O chefe de polícia (Filinto Müller) confirmou o prévio envio de tropas e espantou-se de que não houvessem chegado ao seu destino... Não fiquei sabendo como nem porque o general Eurico Gaspar Dutra foi o único membro do governo que conseguiu atravessar a trincheira integralista. Não pude apurar, também, o que aconteceu depois que se retirou com um arranhão na orelha, novamente transpondo o cerco do inimigo."

Processo político

Quando, em 1937, Getúlio deu o golpe do Estado Novo e extinguiu os partidos políticos, a Ação Integralista Brasileira mudou seu nome para Associação Brasileira de Cultura e, imediatamente, começou a articular um plano de tomada do poder. A primeira tentativa de levante ocorreria exatamente dois meses antes, em 11 de março, mas foi abortada pela polícia. Centenas de integralistas foram presos, em vários estados, quase todos soltos logo em seguida.

A repressão policial, porém, seria implacável após o 11 de maio. Cerca de 1,5 mil pessoas seriam detidas. Cinco dias depois do cerco, o governo baixaria um decreto reduzindo os julgamentos do Tribunal de Segurança Nacional a ritos sumários, com o mínimo de prazos e testemunhas. No dia 18, um novo decreto instituiria, entre outras medidas, a pena de morte.

Muitos integralistas seriam presos e torturados, e vários outros se refugiariam em embaixadas. Plínio Salgado e Gustavo Barroso, seus principais líderes, porém, foram excluídos do processo por falta de provas. Dado como desaparecido, Plínio continuou em São Paulo. Preso no final do ano, ficou três dias encarcerado. Um ano depois, Getúlio decretaria seu exílio.

Segundo o historiador Edgar Carone, em Portugal Plínio recebeu do governo brasileiro uma "mesada". Nada parecido com o que aconteceu com o líder comunista Luiz Carlos Prestes, preso após a Intentona Comunista de 1935, que passou nove anos encarcerado, e sua mulher, Olga Benário, enviada para a morte num campo de concentração na Alemanha, onde nasceu a filha do casal, Anita.

No caso da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, abriu um prazo de 15 dias para que os acusados apresentem suas defesas por escrito. Após esse período, o STF decidirá se aceita a denúncia.

Bolsonaro classificou as acusações como "vagas" e afirmou que são fruto de um "regime autoritário", que busca fabricar inimigos internos. Ele também comparou sua situação à de líderes da oposição da Venezuela, de Cuba e da Nicarágua. Não é o caso. O Brasil completará 40 anos da posse do presidente José Sarney — ou seja, de redemocratização — no próximo 15 de março, véspera do ato que está sendo convocado por Bolsonaro em sua defesa e dos demais acusados.

Além disso, busca apoio no Congresso para evitar possíveis condenações e manter sua elegibilidade para as eleições presidenciais de 2026. Quer aprovar leis de anistia no Legislativo com apoio de aliados. Será um longo processo político, nos dois sentidos.